

COLEÇÃO DE ESTUDOS EM PARCERIA
RELATÓRIO N° 1

As deputadas federais e estaduais brasileiras e a agenda das mulheres (2019-2023)

Autoria: Carlos Machado (IPOL/UnB)

Projeto Mapeamento da Atuação Parlamentar
das Deputadas Estaduais Brasileiras



UnB

Instituto de
Ciência Política



ONMP
OBSERVATÓRIO NACIONAL
DA MULHER NA POLÍTICA

Secretaria da
Mulher



Secretaria da Mulher
Observatório Nacional da
Mulher na Política

Coordenação-Geral do Observatório
Nacional da Mulher na Política
Deputada Federal Iza Arruda (MDB/PE)

Coordenação dos Eixos Temáticos
Eixo 1 | Violência Política contra a Mulher Dep.
Federal Socorro Neri (PP/AC)

Eixo 2 | Atuação Parlamentar e
Representatividade
Dep. Federal Tabata Amaral (PSB/SP)

Eixo 3 | Atuação Partidária e Processos
Eleitorais
Dep. Federal Delegada Ione (AVANTE/MG)

Chefe de Gabinete da Secretaria da Mulher
Ana Cláudia Lustosa da Costa

Coordenação de Pesquisas
Ana Cláudia Oliveira

Assessoria e Articulação Institucional
Cristiane Bernardes

Projeto gráfico
Felipe Ferreira

Instituto de Ciência Política da
Universidade de Brasília
Núcleo de Pesquisa Flora Tristán

Elaboração do relatório
Carlos Machado

Revisão do relatório
Danusa Marques

Concepção da pesquisa
Carlos Machado, Flávia Biroli,
Danusa Marques, Layla Carvalho

Limpeza e análises dos dados
Carlos Machado, Pedro Paulo Bispo de Assis

Supervisão de coleta de dados
Viviane Gonçalves Freitas

Coleta de dados
Carlos Machado, Pedro Paulo Bispo de Assis
Emanuel Cordeiro Cristino, Joely Kelly Leite da
Silva, Nicoli Gonzaga Guimarães,
Santh Lima da Silva

COLEÇÃO ESTUDOS EM PARCERIA

Relatório produzido no âmbito do projeto *Mapeamento da Atuação Parlamentar das Deputadas Estaduais Brasileiras*, uma parceria entre o Observatório Nacional da Mulher na Política e o Núcleo de Pesquisa Flora Tristán do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

© 2025 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) os(as) autores(as). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Renúncia de responsabilidade: O conteúdo deste documento não reflete a opinião oficial da Secretaria da Mulher ou da Câmara dos Deputados. A responsabilidade pelas informações e pontos de vista aqui contidos cabe inteiramente ao seu autor.

Brasília, 9 de novembro de 2025



Sumário

1.Introdução	4
2. Coleta de dados e metodologia	5
3. Análise	13
3.1. Autoria das proposições	13
3.2. Partidos políticos e ideologia	14
3.3. Categorias temáticas	17
4. Conclusões	29
4.1. Desafios	31

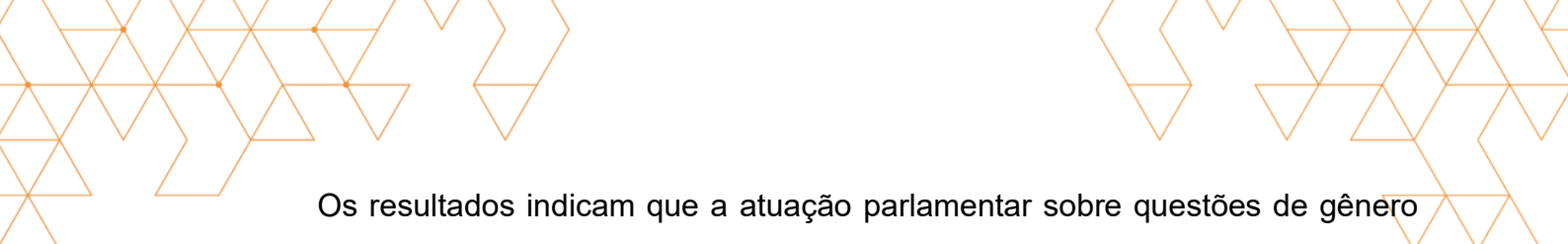
1. Introdução

O estudo da atuação parlamentar é um campo fundamental para compreender os impactos da representação política sobre a formulação de políticas públicas. A partir das discussões sobre representação substantiva¹, investiga-se não apenas quem ocupa os espaços de poder, mas quais agendas promovem e de que forma diferentes grupos políticos e sociais influenciam a produção legislativa. No caso das questões de gênero, esse debate ganha especial relevância, pois permite analisar como parlamentares, independentemente de seu perfil, engajam-se na proposição de leis que afetam a vida das mulheres e das relações de gênero na sociedade.

Este relatório apresenta os resultados preliminares da pesquisa "Mulheres na Política Brasileira: o trabalho legislativo das parlamentares nos níveis federal e estadual", que busca analisar a produção legislativa sobre temas de interesse das mulheres nas principais Casas Legislativas do país. O estudo investiga a autoria e a distribuição de proposições legislativas, buscando compreender como diferentes atores políticos, incluindo partidos, ideologias e gênero dos parlamentares influenciam a formulação de projetos de lei.

A metodologia empregada envolveu a coleta e análise de Projetos de Lei Ordinária (PLs) apresentados por todos/as os/as parlamentares entre 2019 e 2022 na Câmara dos Deputados, em nove Assembleias Legislativas estaduais selecionadas nas diferentes regiões brasileiras e na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Para identificação das proposições de interesse, utilizou-se uma busca estruturada por palavras-chave relacionadas a gênero, mulheres e família nas bases de dados de proposições disponíveis nos *sites* das Casas Legislativas. O conjunto de dados obtido foi submetido a uma triagem rigorosa, excluindo manualmente proposições irrelevantes para a temática, resultando em um total de 2007 proposições analisadas. As proposições foram classificadas conforme sua temática central e analisadas a partir de variáveis como autoria, filiação partidária e posicionamento ideológico dos proponentes.

¹ PITKIN, H. F. *The Concept of representation*. Los Angeles: Berkeley: London: University of California Press, 1967.



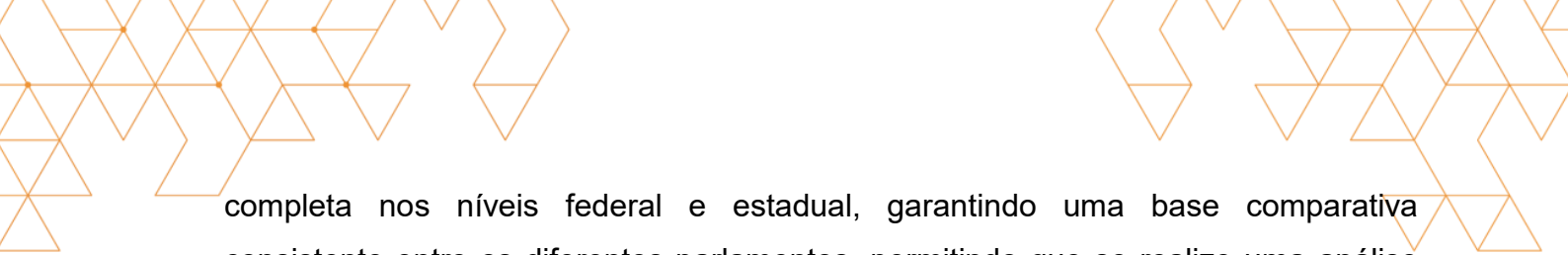
Os resultados indicam que a atuação parlamentar sobre questões de gênero não se distribui de forma homogênea entre os partidos e ideologias, evidenciando disputas políticas sobre as proposições legislativas apresentadas sobre o tema. Além disso, observa-se que as parlamentares mulheres, apesar de sub-representadas numericamente, têm um engajamento proporcionalmente maior do que os homens na apresentação de projetos voltados para a agenda de gênero. O estudo também aponta que os temas mais frequentes nas proposições são "Violência de Gênero", "Violência Doméstica", "Saúde" e "Políticas Públicas", embora haja variações significativas entre as Casas Legislativas.

Este documento está estruturado da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se a metodologia de coleta e análise dos dados. Em seguida, discute-se a distribuição das proposições entre as diferentes Casas Legislativas, a autoria e as médias de apresentação por parlamentar. Na sequência, analisam-se os padrões partidários e ideológicos das proposições e a distribuição temática dos projetos. Por fim, são apresentadas as conclusões preliminares e os desafios futuros da pesquisa, destacando a importância do aprofundamento das análises qualitativas sobre o viés das proposições e a necessidade de ampliação da coleta de dados para outras Casas Legislativas, o que segue em realização sob a parceria do Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP) com a Universidade de Brasília (UnB), no âmbito deste mesmo projeto de pesquisa.

2. Coleta de dados e metodologia

Este estudo adota uma abordagem quantitativa e qualitativa para mapear a produção legislativa relacionada às mulheres e às questões de gênero nas Casas Legislativas brasileiras. A pesquisa busca compreender não apenas a autoria das proposições, o que poderia soar como uma avaliação mecânica do conceito de representação substantiva, mas também a forma como diferentes atores políticos estruturam suas agendas e priorizam temas que afetam diretamente as mulheres na sociedade.

A investigação se concentrou na análise de PLs apresentados entre os anos de 2019 e 2022. Optou-se por esse período porque ele abrange uma legislatura



completa nos níveis federal e estadual, garantindo uma base comparativa consistente entre os diferentes parlamentos, permitindo que se realize uma análise em dois níveis de governo – federal (Câmara baixa) e estadual (e distrital, no caso do DF). Os PLs foram escolhidos como unidade de análise por constituírem o principal instrumento pelo qual parlamentares propõem normas que podem se transformar em políticas públicas.

Foram analisadas proposições legislativas oriundas de diversas Casas Legislativas, abrangendo tanto o nível federal quanto o estadual. A pesquisa incluiu a Câmara dos Deputados (CD), a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e nove Assembleias Legislativas estaduais (ALEs), contemplando diferentes regiões do país. Entre as Assembleias analisadas, foram escolhidas duas por região do país, exceto centro-oeste, onde se escolheu apenas uma: ALBA (Bahia), ALMG (Minas Gerais), ALEGO (Goiás), ALERO (Rondônia), ALESP (São Paulo), ALESC (Santa Catarina), ALECE (Ceará), ALEPA (Pará) e ALRS (Rio Grande do Sul). A seleção dessas Casas considerou como critérios a disponibilidade de acesso aos seus sistemas de consulta pública, bem como a diversidade regional e político-institucional. Algumas Assembleias não puderam ser incluídas no estudo devido à ausência de mecanismos de busca estruturados em seus portais, como ocorreu com a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ).

A coleta de dados foi realizada por meio dos sistemas públicos de consulta das Casas Legislativas, utilizando um conjunto de termos-chave que permitiram identificar proposições voltadas às mulheres e às questões de gênero. A busca incluiu palavras como *gênero*, *mulher*, *feminismo*, *sexualidade*, *maternidade*, *cuidado* e *família*, bem como expressões associadas a políticas para mulheres e violência de gênero. Os termos foram aplicados conforme as possibilidades de cada sistema legislativo, o que resultou em variações no número de resultados entre as Casas analisadas. O levantamento inicial identificou 5.445 proposições legislativas que continham ao menos um dos termos pesquisados:

Tabela 1: Projetos de Lei Ordinária retornados pela busca de termos, por Casa Legislativa selecionada

Casa Legislativa	Freq.	%
Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA)	183	3,4%
Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)	315	5,8%
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO)	245	4,5%
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALRO)	86	1,6%
Assembleia Legislativa do Estado de S. Paulo (ALESP)	2183	40,1%
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)	105	1,9%
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE)	105	1,9%
Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA)	152	2,8%
Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS)	166	3,0%
Câmara dos Deputados	1715	31,5%
Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF)	190	3,5%
TOTAL OBS.	5445	100%

Fonte: Elaboração própria.

Para assegurar que apenas as proposições diretamente relacionadas às mulheres fossem analisadas, o estudo aplicou um processo de filtragem em duas etapas. A primeira consistiu na exclusão de casos considerados “Não se Aplica” (NSA), ou seja, proposições em que os termos buscados apareciam em contextos irrelevantes para o objeto de estudo. Exemplos disso incluem referências a *gênero alimentício*, *família de produtos* ou *cuidado ambiental*. Com essa primeira triagem, o conjunto de proposições foi reduzido para 3.238 casos potencialmente relevantes para a pesquisa:

Tabela 2: Projetos de Lei Ordinária retornados pela busca de termos identificados como relevantes para a pesquisa, por Casa Legislativa selecionada

Casa Legislativa	Freq.	%
Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA)	147	4,5%
Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)	275	8,5%
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO)	238	7,4%
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALRO)	60	1,9%
Assembleia Legislativa do Estado de S. Paulo (ALESP)	629	19,4%
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)	72	2,2%
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE)	100	3,1%
Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA)	107	3,3%
Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS)	146	4,5%
Câmara dos Deputados	1316	40,6%
Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF)	148	4,6%
TOTAL OBS.	3238	100%

Fonte: Elaboração própria.

Em seguida, realizou-se uma revisão qualitativa do conteúdo das proposições, na qual foram descartadas aquelas que, apesar de conterem os termos pesquisados, não abordavam políticas públicas voltadas especificamente para mulheres. Esse processo garantiu que fossem mantidas apenas proposições que tratassem diretamente de temas como igualdade de gênero, proteção contra violência, saúde, direitos reprodutivos e participação política das mulheres. Após essa última etapa de filtragem, 2.007 proposições foram validadas para análise:

Tabela 3: Projetos de Lei Ordinária retornados pela busca de termos identificados como relevantes para a pesquisa e relativos ao interesse das mulheres, por Casa Legislativa selecionada

Casa Legislativa	Freq.	%
Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA)	100	5,0%
Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)	174	8,7%
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO)	188	9,4%
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALRO)	50	2,5%
Assembleia Legislativa do Estado de S. Paulo (ALESP)	260	13,0%
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALE	49	2,4%
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE)	82	4,1%
Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA)	76	3,8%
Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS)	90	4,5%
Câmara dos Deputados	811	40,4%
Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF)	127	6,3%
TOTAL OBS.	2007	100%

Fonte: Elaboração própria.

A análise elaborada neste relatório se fundamenta neste último conjunto de dados. As proposições selecionadas foram classificadas segundo três eixos principais: gênero do/a proponente, filiação partidária e ideologia, e temática predominante. A identificação do gênero do/a proponente foi realizada a partir das informações oficiais fornecidas pelas Casas Legislativas e, quando necessário, complementada com checagem manual nos *sítes* institucionais dos parlamentares. Já a classificação partidária e ideológica seguiu critérios estabelecidos na literatura da ciência política, considerando o posicionamento médio das legendas ao longo do tempo. Os partidos foram agrupados em três grandes categorias ideológicas: direita, centro e esquerda. Os partidos tradicionalmente alinhados a pautas conservadoras e neoliberais foram classificados como direita; aqueles com posições progressistas e vinculados a movimentos sociais foram categorizados como esquerda; enquanto os partidos com posicionamentos mais moderados ou pragmáticos foram alocados no centro.

Além disso, cada proposição foi categorizada de acordo com as temáticas presentes nos textos, podendo ser classificada em mais de uma categoria, quando pertinente. O sistema de categorização contemplou as seguintes áreas temáticas:

- **Ação Afirmativa/Cota:** projetos que estabelecem ou ampliam cotas para mulheres em diferentes setores, incluindo política, mercado de trabalho e universidades.
- **Cultura:** proposições voltadas para a valorização da produção cultural feminina e o fomento à participação das mulheres nas artes e na indústria cultural.
- **Direitos Cívicos:** propostas que buscam garantir igualdade de direitos às mulheres em diferentes esferas da vida pública e privada, como acesso à propriedade e reconhecimento de direitos individuais.
- **Direitos Políticos:** propostas que visam ampliar a participação das mulheres na política, seja por meio de cotas eleitorais, incentivos à candidatura feminina ou financiamento de campanhas.
- **Direitos Reprodutivos:** iniciativas que envolvem a autonomia das mulheres sobre seus corpos, incluindo acesso a métodos contraceptivos, planejamento familiar e assistência no pré-natal e parto.
- **Educação:** projetos que incluem políticas de inclusão e permanência de meninas na educação, além de conteúdos voltados para a igualdade de gênero no currículo escolar.
- **Emprego/Empregabilidade:** propostas que visam à ampliação da participação feminina no mercado de trabalho, a equiparação salarial e a proteção de direitos trabalhistas específicos, como licença-maternidade.
- **Feminismos:** projetos que mencionam explicitamente o feminismo ou são voltados para o fortalecimento de políticas feministas.
- **Homenagens e Datas Comemorativas:** proposições que instituem datas comemorativas relacionadas às mulheres ou homenageiam figuras femininas de destaque.
- **Ideologia de Gênero:** proposições que tratam do uso do conceito de “ideologia de gênero” no debate legislativo, incluindo projetos que buscam restringir ou proibir abordagens sobre gênero na educação e na administração pública.

- **Igualdade/Paridade de Gênero:** proposições que buscam garantir equidade entre homens e mulheres no acesso a oportunidades, incluindo medidas para reduzir desigualdades estruturais.
- **Linguagem Neutra:** projetos que envolvem o uso ou a restrição da linguagem neutra em espaços públicos e privados.
- **Política Social:** iniciativas que buscam ampliar o acesso das mulheres a direitos sociais, como assistência financeira, programas de moradia e benefícios voltados para populações vulneráveis.
- **Políticas Públicas:** proposições que estabelecem ou modificam programas governamentais direcionados às mulheres, como incentivos ao empreendedorismo feminino, apoio a mães solo e assistência social.
- **Responsabilidade Parental:** iniciativas que tratam da divisão das responsabilidades entre mães e pais, incluindo medidas de incentivo à licença-paternidade e ao compartilhamento das tarefas domésticas.
- **Saúde:** projetos voltados para a ampliação do acesso das mulheres a serviços de saúde, incluindo atenção básica, saúde materna e neonatal, além de medidas relacionadas ao bem-estar feminino.
- **Segurança Pública:** projetos que abordam a atuação das forças de segurança no combate à violência contra as mulheres, incluindo a criação de delegacias especializadas e medidas de proteção.
- **Violência de Gênero:** propostas relacionadas a políticas de enfrentamento à violência baseada em gênero, incluindo ações preventivas, campanhas de conscientização e proteção às vítimas.
- **Violência Doméstica:** proposições que tratam de medidas para combater agressões ocorridas no ambiente doméstico ou familiar, abrangendo tanto a proteção das vítimas quanto a responsabilização dos agressores.
- **Violência Política de Gênero/Violência Política contra a Mulher:** iniciativas que abordam a proteção de mulheres em cargos políticos contra assédios, ataques e ameaças devido ao seu gênero.

- **Violência Sexual:** proposições focadas em políticas de prevenção e punição da violência sexual contra mulheres e crianças, bem como o atendimento às vítimas.
- **Outros:** categoria que inclui proposições que não se enquadram especificamente nas anteriores, mas que possuem relevância dentro do escopo do estudo.

Essa categorização permitiu analisar com maior precisão os diferentes enfoques dados pelos/as parlamentares às questões de gênero, possibilitando uma leitura mais detalhada sobre quais temas recebem maior atenção no processo legislativo. Ela foi realizada manualmente pelas pesquisadoras, garantindo a correta alocação das proposições dentro das temáticas estabelecidas. Essa classificação permitiu uma análise detalhada dos principais assuntos abordados pelos/as parlamentares ao longo da legislatura analisada.

Para a interpretação dos dados, foram utilizadas diferentes técnicas estatísticas e de análise de conteúdo. Inicialmente, aplicaram-se métodos descritivos, como a distribuição de frequências e percentuais, a fim de examinar o volume de proposições por Casa Legislativa, por gênero do/a autor/a e por partido político. Em seguida, foi utilizada a análise de correspondência, uma técnica estatística multivariada que permite visualizar associações entre variáveis categóricas. Essa abordagem foi empregada para identificar relações entre Casas Legislativas e temas predominantes, bem como entre gênero e ideologia dos/as proponentes e os temas das proposições. Além disso, foram realizados cruzamentos entre filiação partidária e temática abordada, permitindo examinar padrões ideológicos na produção legislativa sobre mulheres.

O uso dessas técnicas possibilitou não apenas descrever o cenário da produção legislativa, mas também identificar tendências e padrões na atuação parlamentar no período analisado. O estudo contribui, assim, para uma compreensão mais aprofundada do engajamento político em pautas de gênero, evidenciando como diferentes partidos, parlamentares e Casas Legislativas se posicionam em relação a essas questões.

3. Análise

Ao considerar o tamanho da composição dos legislativos estaduais, há diferenças significativas. A média de apresentação de PLs sobre gênero e mulheres foi calculada com base no número de parlamentares em cada Casa Legislativa.

Deve-se ressaltar que as proposições analisadas neste levantamento não foram avaliadas em relação a seu impacto pró-igualdade de gênero ou anti-igualitário, mas apenas quanto ao tema do PL tratar sobre gênero e/ou mulheres. Há vieses que merecem uma verificação mais aprofundada em estudos futuros, porém é possível afirmar que CLDF e ALEGO apresentam as maiores médias de apresentação de PLs sobre *gênero/mulheres/família/cuidado*, respectivamente 5,29 e 4,58 projetos por parlamentar. A existência de algum viés relacionado à composição da ALE ou dos contextos locais a ser tratado nesses casos é reforçada pelo fato de que as maiores casas legislativas estaduais, ALESP e ALMG, ocuparem a terceira e quarta posições neste indicador, com o valor de 2,76 e 2,26 respectivamente. Entre as ALEs abordadas neste relatório, a ALESC se destaca com o menor valor, apresentando uma média de 1,22 projetos por parlamentar.

3.1. Autoria das proposições

As/os parlamentares mais prolíficos/as sobre os temas em suas respectivas casas legislativas são:

Tabela 4: Parlamentares mais prolíficos/as em cada Casa Legislativa

Casa Legislativa	Autoria	Partido pelo qual se elegeu em 2018
CD	Alexandre Frota	PSL
ALBA	Jacó Lula da Silva	PT
ALMG	Ione Pinheiro	DEM
ALEGO	Delegada Adriana Accorsi	PT
ALERO	Marcelo Cruz	PTB
ALESP	Érika Malunguinho	PSOL
ALESC	Ada Faraco de Luca	MDB
ALECE	Audic Mota	PSB
ALEPA	Professora Nilse	PRB
ALERGS	Fernando Marroni	PT
CLDF	Arlete Sampaio	PT

Fonte: Elaboração própria.

No caso da Câmara dos Deputados, é importante notar que Alexandre Frota (PSL) se destaca com um total de 73 proposições, seguido por Renata Abreu (PODE) com 24 projetos. Apesar de ser mais frequente observar parlamentares do PT nesta listagem, há diversidade significativa entre as UFs.

Entre todas as propostas analisadas, 29,7% foram produzidas por mulheres, que apesar de reduzido em comparação às proposições elaboradas por homens (70,3%), está acima do percentual médio de presença feminina nos parlamentos brasileiros em nível estadual e federal, a qual não costuma ultrapassar 20%.

3.2. Partidos Políticos e ideologia

Considerando apenas a produção na Câmara dos Deputados, parlamentares eleitos/as pelo PSL foram o conjunto mais produtivo (15,9%) sobre os temas pesquisados, seguido pelo PT, com valor sensivelmente menor (9,5%). Deve-se destacar que a produção do PSL possui alta concentração na figura do deputado Alexandre Frota.

Tabela 5: Projetos de Lei Ordinária sobre *gênero/mulheres* apresentados na Câmara dos Deputados, por partido

Partido	Freq.	%	Partido	Freq.	%
PSL	129	15,90%	PV	22	2,70%
PT	77	9,50%	PPS	19	2,30%
PSB	61	7,50%	PROS	13	1,60%
PRB	58	7,20%	AVANTE	12	1,50%
PR	50	6,20%	SD	11	1,40%
PODE	48	5,90%	PATRI	8	1,00%
PDT	46	5,70%	PC do B	6	0,70%
PSDB	40	4,90%	NOVO	4	0,50%
DEM	38	4,70%	PMN	3	0,40%
PSOL	38	4,70%	PRP	2	0,20%
MDB	35	4,30%	PTC	2	0,20%
PP	34	4,20%	PSC	1	0,10%
PTB	29	3,60%	REDE	1	0,10%
PSD	24	3,00%	TOTAL	811	100%

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos matizes ideológicos², a produção sobre os temas predomina em meio à direita, totalizando 51% dos casos, enquanto esquerda apresenta 31% e centro 18%. Considerando os tamanhos das bancas em termos de ideologia, o centro apresentou 7 p.p. a menos do que o valor de sua composição na Câmara dos Deputados, enquanto a esquerda 5 p.p. a mais.

Tabela 6: Projetos de Lei Ordinária sobre *gênero/mulheres* apresentados na Câmara dos Deputados, por ideologia partidária

Ideologia	Freq.	%
Direita	415	51,20%
Centro	145	17,90%
Esquerda	251	30,90%
TOTAL	811	100%

Fonte: Elaboração própria.

Ao observar apenas a produção nas Assembleias Legislativas e CLDF, PT (15%) e PSL (9%) trocam de posições em comparação à Câmara dos Deputados, porém ainda aparecem com protagonismo nessas pautas, sendo necessário destacar a elevada produção de PRB (8,7%), à direita, e PSOL (5,4%), à esquerda. O PSOL apresenta uma produção superior ao seu peso na composição de sua representação, indicando que os temas abordados são preponderantes na agenda dos/as parlamentares eleitos/as pelo partido. Não obstante, o caso do PRB também apresenta um cenário parecido, mas certamente o enquadramento de ambos os partidos sobre os temas é diferente – o que aponta para uma agenda de pesquisa promissora. Contudo, é necessário destacar como a atenção sobre temas relacionados ao interesse das mulheres apresenta importante diversidade partidária, mas também ideológica.

Tabela 7: Projetos de Lei Ordinária sobre *gênero/mulheres* apresentados nas Assembleias Legislativas e Câmara Distrital, por partido

Partido	Freq.	%		Partido	Freq.	%
PT	182	15,20%		PPS	23	1,90%
PSL	113	9,40%		PODE	23	1,90%
PRB	104	8,70%		PHS	19	1,60%
PSDB	80	6,70%		PP	18	1,50%
PSOL	64	5,40%		PRP	14	1,20%

² Foram classificados como direita AVANTE, DC, DEM, NOVO, PATRI, PODE, PP, PR, PRB, PRP, PRTB, PSC, PSL, PTB e PTC. Foram classificados como centro MDB, PHS, PMN, PPS, PROS, PSD, PSDB e SD. Foram classificados como esquerda PC do B, PDT, PSB, PSOL, PT, PV e REDE.

PSD	60	5,00%	SD	13	1,10%
PDT	59	4,90%	PTC	12	1,00%
PSB	58	4,80%	PATRI	11	0,90%
MDB	57	4,80%	PV	10	0,80%
DEM	48	4,00%	DC	9	0,80%
PTB	45	3,80%	AVANTE	9	0,80%
REDE	43	3,60%	NOVO	9	0,80%
PR	30	2,50%	PMN	4	0,30%
PSC	30	2,50%	PRTB	2	0,20%
PROS	24	2,00%	TOTAL	1196	100%
PC do B	23	1,90%			

Fonte: Elaboração própria.

No âmbito da produção legislativa estadual e distrital, observa-se uma retração da direita em relação à sua atuação observada na Câmara dos Deputados. Todavia, como se trata da representação com maior porte, concentra mais produção do que os demais posicionamentos, com 40% dos casos. Essa diferença em relação ao observado na Câmara dos Deputados observa um crescimento tanto em meio ao Centro (23%) quanto à Esquerda (37%).

Tabela 8: Projetos de Lei Ordinária sobre *gênero/mulheres* apresentados nas Assembleias Legislativas e Câmara Distrital, por ideologia partidária

Ideologia	Freq.	%
Direita	477	39,90%
Centro	280	23,40%
Esquerda	439	36,70%
TOTAL	1196	100%

Fonte: Elaboração própria.

O caso nacional surge como desviante dos casos estaduais, tendo em vista a composição da representação e a produção legislativa observada. Possivelmente, no contexto da Câmara dos Deputados houve uma disputa mobilizada por parlamentares de direita para travar discussões caras à esquerda, apresentando seu próprio enquadramento para as temáticas relacionadas a gênero, o que pode ser uma explicação para essa produção desviante da direita.

No entanto, existem caso estaduais em que a produção da direita e da esquerda se torna um eixo nítido da disputa legislativa, tal como o caso de São Paulo, onde a apresentação de proposições pelo centro está abaixo do esperado

estatisticamente. No entanto, tanto na ALEGO quanto na ALESC são parlamentares de partidos de centro que apresentam maior iniciativa nesses temas.

Tabela 9: Projetos de Lei Ordinária sobre *gênero/mulheres* apresentados nas Casas Legislativas, por ideologia partidária

Casa Legislativa/Ideologia	Direita	Centro	Esquerda	TOTAL
CD	51,20%	17,90%	30,90%	100%
ALBA	35,00%	25,00%	40,00%	100%
ALMG	42,00%	14,40%	43,70%	100%
ALEGO	33,50%	39,90%	26,60%	100%
ALRO	68,00%	24,00%	8,00%	100%
ALESP	45,80%	11,90%	42,30%	100%
ALESC	24,50%	59,20%	16,30%	100%
ALECE	24,40%	30,50%	45,10%	100%
ALEPA	53,90%	21,10%	25,00%	100%
ALRS	30,00%	14,40%	55,60%	100%
CLDF	41,70%	22,80%	35,40%	100%
TOTAL	44,40%	21,20%	34,40%	100%

$Qui^2 = 212,7$, $gl = 20$, $1-p = >99,9\%$. Dependência significativa.

Fonte: Elaboração própria.

O predomínio da esquerda na apresentação de PLs que tratam sobre gênero e/ou mulheres se destaca na ALRS, enquanto é na Câmara dos Deputados onde há uma participação mais intensa de parlamentares eleitos/as por partidos de direita. Os casos da ALRO e da ALEPA também são destaque frente à direita, porém não apresentam valor superior à frequência teórica, tendo em vista a distribuição entre os vieses ideológicos na composição das Casas em ambos os estados.

3.3 Categorias temáticas

Quanto às temáticas categorizadas, no cômputo geral os valores mais frequentes se referem a “Violência de Gênero” (33%), “Violência Doméstica” (30%), “Saúde” (24%) e “Políticas Públicas” (23%). No entanto, o gênero da/o proponente impacta a frequência dessas temáticas. Como informado anteriormente, a distribuição geral das/os proponentes foi de aproximadamente 30% feminino e 70% masculino. Valores que se distanciam muito dessas métricas evidenciam ênfases temáticas distintas por gênero, como se observa através da tabela 10.

Tabela 10: Distribuição das temáticas presentes nos PLs, por gênero de autorias e coautorias

Temática	Deputadas	Deputados	Freq.
Violência de Gênero	39%	61%	876
Políticas Públicas	36%	64%	591
Saúde	29%	71%	678
Violência Doméstica	41%	59%	802
Política Social	37%	64%	447
Segurança Pública	35%	65%	529
Emprego/Empregabilidade	33%	67%	367
Educação	29%	71%	259
Violência Sexual	38%	62%	313
Homenagens e Datas Comemorativas	38%	62%	242
Direitos Civis	29%	71%	154
Responsabilidade Parental	33%	67%	150
Ação Afirmativa/Cota	42%	58%	127
Cultura	21%	79%	101
Direitos Políticos	54%	46%	93
Igualdade/Paridade de Gênero	53%	47%	90
Direitos Reprodutivos	40%	60%	98
Feminismos	44%	56%	72
Violência Política de Gênero/contra a Mulher	44%	56%	55
Outros	39%	62%	143
Ideologia de gênero/linguagem neutra	16%	84%	50

Fonte: Elaboração própria.

A dependência é significativa. Qui2 = 88,5, gl = 20, 1-p = >99,9%.

As células marcadas em verde são aquelas para as quais a frequência real é claramente superior à frequência teórica. Aquelas marcadas em vermelho correspondem a uma frequência real inferior à frequência teórica da Tabela.

Os temas Violência Doméstica, Direitos Políticos e Igualdade/Paridade de Gênero foram mais frequentes entre as parlamentares do gênero feminino, enquanto Saúde foi a temática de destaque entre os homens. Houve uma recorrência abaixo do esperado estatisticamente para Cultura e Ideologia de gênero/linguagem neutra entre as mulheres e com relação a Direitos Político e Igualdade/Paridade de Gênero entre os homens.

Com relação às variações ideológicas dos partidos políticos, também é possível constatar ênfases distintas, como observado pela tabela 11, a seguir:

Tabela 11: Distribuição das temáticas presentes nos PLs, por ideologia do partido de autorias e coautorias

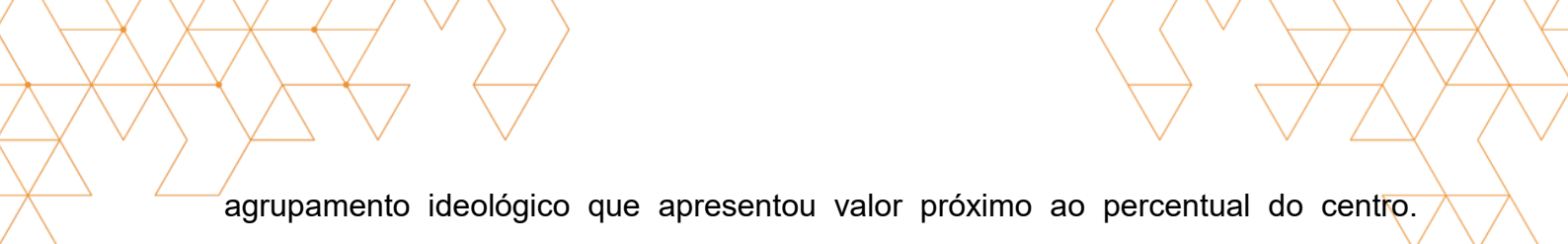
Temáticas	Direita	Centro	Esquerda	TOTAL
Violência de Gênero	35%	31%	29%	31%
Políticas Públicas	23%	21%	20%	21%
Saúde	24%	27%	23%	24%
Violência Doméstica	32%	32%	25%	29%
Política Social	12%	12%	21%	16%
Segurança Pública	22%	18%	17%	19%
Emprego/Empregabilidade	14%	13%	13%	13%
Educação	10%	9%	9%	9%
Violência Sexual	13%	10%	11%	11%
Homenagens e Datas Comemorativas	8%	9%	10%	9%
Direitos Civis	4%	4%	7%	6%
Responsabilidade Parental	6%	7%	4%	5%
Ação Afirmativa/Cota	5%	4%	5%	5%
Cultura	4%	6%	2%	4%
Direitos Políticos	3%	2%	4%	3%
Igualdade/Paridade de Gênero	3%	2%	4%	3%
Direitos Reprodutivos	4%	3%	3%	4%
Feminismos	3%	3%	3%	3%
Violência Política de Gênero/contra a Mulher	1%	1%	3%	2%
Outros	5%	4%	6%	5%
Ideologia de gênero/linguagem neutra	4%	1%	0%	2%
TOTAL (n)	2.451	1.125	2.661	6.237

Fonte: Elaboração própria.

A dependência é significativa. Qui2 = 191,9, gl = 40, 1-p = >99,9%.

As células marcadas em verde são aquelas para as quais a frequência real é claramente superior à frequência teórica. Aquelas marcadas em vermelho correspondem a uma frequência real inferior à frequência teórica da Tabela.

Ideologia de gênero/Linguagem neutra situa-se como uma categoria que, apesar de pouco frequente, marca uma nítida distinção entre os grupos ideológicos, sendo mais frequente do que o esperado estatisticamente na direita e menos frequente na esquerda. Política Social também marca uma distinção, contudo com maior frequência entre a esquerda e menor do que o esperado entre a direita,



agrupamento ideológico que apresentou valor próximo ao percentual do centro. Apesar de também ser pouco frequente, a discussão sobre Violência Política de Gênero está concentrada em parlamentares de esquerda. Por fim, Cultura é um tema mais frequente para proponentes de centro, apresentando valores abaixo do esperado entre partidos de esquerda.

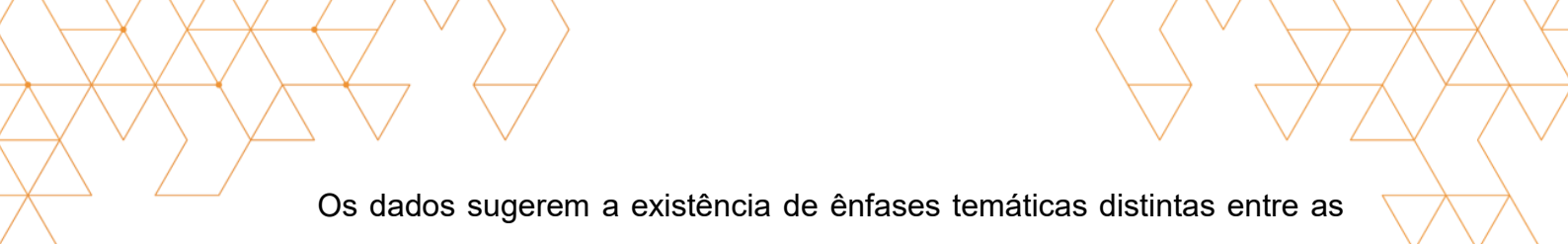
Complementar a esses aspectos, há uma variação significativa entre as Casas parlamentares. Considerando os desvios das frequências em relação à tabela teórica, na qual se supõe a ausência de relação entre temas e casas legislativas, podemos observar:

- **Violência de gênero:** destaque na ALEGO e menor impacto na ALMG e ALESP;
- **Violência Doméstica:** destaque na ALEGO e menor impacto na ALESP;
- **Saúde:** destaque na ALMG;
- **Políticas Públicas:** destaque na ALESP e na ALRS, e menor impacto na ALMG e na CD;
- **Emprego/Empregabilidade:** destaque na ALEPA e na CD, e menor impacto na ALESP;
- **Violência Sexual:** destaque na ALESP e menor impacto na CD;
- **Educação:** sem variação estatisticamente relevante;
- **Homenagens e datas comemorativas:** destaque na ALBA e na ALESP, e menor destaque na CD;
- **Responsabilidade parental:** destaque na ALMG.

Tabela 10: Projetos de Lei Ordinária sobre *gênero/mulheres* apresentados nas Casas Legislativas, por temática

Temas/Casa Legislativa	ALBA	ALMG	ALEGO	ALRO	ALESP	ALESC	ALECE	ALEPA	ALRS	CD	CLDF	TOTAL	TOTAL (n)
Violência de Gênero	31,0%	13,8%	50,0%	38,0%	21,9%	46,9%	48,8%	25,0%	37,8%	36,6%	22,8%	33,2%	667
Violência Doméstica	20,0%	24,1%	45,7%	42,0%	26,2%	42,9%	42,7%	27,6%	23,3%	28,4%	25,2%	29,7%	597
Saúde	12,0%	29,9%	35,1%	44,0%	25,8%	30,6%	23,2%	19,7%	26,7%	18,7%	28,3%	23,9%	480
Políticas Públicas	18,0%	7,5%	25,5%	26,0%	41,9%	12,2%	34,1%	25,0%	34,4%	17,3%	31,5%	23,2%	465
Segurança Pública	3,0%	13,2%	14,9%	22,0%	26,2%	0,0%	7,3%	15,8%	6,7%	21,7%	25,2%	18,2%	365
Política Social	10,0%	13,8%	4,8%	18,0%	36,5%	12,2%	0,0%	23,7%	8,9%	12,6%	3,1%	14,2%	285
Emprego/Empregabilidade	19,0%	5,7%	9,0%	14,0%	10,4%	6,1%	9,8%	28,9%	5,6%	17,3%	17,3%	14,0%	280
Violência Sexual	9,0%	13,8%	11,7%	18,0%	29,2%	10,2%	18,3%	15,8%	6,7%	7,0%	4,7%	12,0%	241
Educação	5,0%	12,1%	12,8%	8,0%	10,0%	8,2%	18,3%	5,3%	13,3%	11,2%	7,9%	10,8%	216
Homenagens/Datas Comemorativas	12,0%	4,6%	4,8%	2,0%	18,8%	6,1%	13,4%	14,5%	10,0%	3,0%	8,7%	7,4%	148
Responsabilidade Parental	3,0%	24,1%	2,7%	16,0%	4,6%	0,0%	1,2%	5,3%	2,2%	6,9%	7,9%	7,1%	143
Direitos Civis	3,0%	2,9%	1,6%	2,0%	3,5%	6,1%	4,9%	5,3%	4,4%	7,8%	3,1%	5,1%	103
Cultura	8,0%	2,9%	6,9%	2,0%	1,9%	0,0%	7,3%	5,3%	5,6%	4,7%	6,3%	4,6%	93
Ação Afirmativa/Cota	6,0%	1,1%	5,3%	6,0%	6,2%	6,1%	6,1%	11,8%	3,3%	3,6%	2,4%	4,4%	89
Direitos Reprodutivos	0,0%	5,2%	2,1%	12,0%	6,5%	0,0%	0,0%	5,3%	3,3%	3,0%	6,3%	3,7%	75
Igualdade/Paridade de Gênero	3,0%	2,9%	2,7%	0,0%	1,5%	0,0%	6,1%	3,9%	2,2%	3,9%	7,9%	3,4%	69
Feminismos	2,0%	0,0%	2,7%	0,0%	11,5%	2,0%	8,5%	1,3%	2,2%	0,5%	1,6%	2,7%	54
Direitos Políticos	0,0%	1,7%	1,1%	2,0%	0,0%	0,0%	2,4%	5,3%	1,1%	3,8%	2,4%	2,3%	47
Ideologia de gênero	0,0%	0,0%	1,6%	0,0%	3,8%	0,0%	0,0%	1,3%	1,1%	1,1%	0,0%	1,2%	24
Violência Política contra a Mulher/VP de Gênero	1,0%	1,7%	0,0%	2,0%	1,5%	0,0%	2,4%	1,3%	0,0%	0,7%	3,1%	1,1%	22
Linguagem neutra	0,0%	1,1%	0,0%	0,0%	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	1,6%	0,6%	13
Outros	0,0%	9,2%	2,1%	8,0%	4,6%	0,0%	1,2%	5,3%	1,1%	5,2%	10,2%	4,8%	97
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	4573
TOTAL	165	333	457	141	765	93	210	192	180	1748	289	4573	

Fonte: Elaboração própria.
 $\text{Qui}^2 = 538,5$; $gl = 110$; $1-p \Rightarrow 99,9\%$.



Os dados sugerem a existência de ênfases temáticas distintas entre as Casas legislativas. Para verificar essa relação, foi feita a Análise de Correspondência Múltipla (ACM) entre Casas legislativas, a classificação temática das proposições, gênero de proponentes e classificação ideológica dos partidos dos proponentes. No caso da CD, a análise considerou a UF de eleição da/o proponente.

Para essas análises foi necessário separar as análises entre ALEs e a Câmara dos Deputados, tendo em vista a última se referir a outro nível legislativo, inclusive contando com atribuições distintas das casas legislativas estaduais. Apesar de as casas legislativas estaduais e distrital também possuírem variações quanto às suas atribuições, consideramos que elas têm papel institucional semelhante nas suas unidades da federação.

A Análise de Correspondência Múltipla trata de uma técnica exploratória multivariada que permite representar graficamente as relações entre categorias de variáveis categóricas. Cada categoria tratada no modelo se traduz em uma modalidade, a qual é projetada em um espaço fatorial definido pelos eixos principais (ou fatores), sintetizando as associações estatisticamente mais fortes entre as variáveis. Cada modalidade possui uma coordenada fatorial em cada eixo, indicando sua posição quanto à proximidade em relação ao centro espacial da análise e uma contribuição, a qual permite identificar o quanto a modalidade ajuda a definir o próprio eixo. Dessa forma, coordenadas fatoriais indicam a localização da modalidade em relação às demais, se acima ou abaixo de um eixo, enquanto as contribuições identificam quais elementos dão forma ao contraste observado entre as modalidades.

A interpretação dos eixos fatoriais baseia-se nas coordenadas e contribuições das modalidades. As categorias com contribuições superiores a 3% foram consideradas estruturalmente relevantes para a definição do eixo. As demais são interpretadas apenas quando sua posição no mapa reforça padrões substantivos identificados.

Nos mapas fatoriais, a proximidade entre pontos indica afinidade ou associação entre categorias. Assim:

- Modalidades próximas no plano (por exemplo, “*Feminino*” e “*Esquerda*”) tendem a ocorrer conjuntamente.
- Modalidades opostas nos eixos (por exemplo, “*Direita*” e “*Feminismos*”) representam dimensões de contraste ou oposição no comportamento das proposições.
- A contribuição de cada modalidade para os eixos mostra o quanto ela ajuda a definir a estrutura de oposição daquele fator.

Dessa forma, inicialmente serão observadas interpretações mais específicas a partir dos valores das contribuições em cada eixo, para em seguida estabelecer o significado dos valores observados nas coordenadas.

3.3.1. Assembleias Legislativas

A ACM das Assembleias Legislativas identificou 37 modalidades e 34 eixos, sendo os dois primeiros responsáveis por aproximadamente 10,5% da variância total. Os eixos principais estruturam-se da seguinte forma:

- Eixo 1 (5,4%): opõe proposições simbólicas — como *Homenagens e Datas Comemorativas* — a proposições substantivas, centradas em *Direitos das Mulheres, Violência Doméstica e Direitos Reprodutivos*.
 - Este eixo pode ser interpretado como um gradiente de densidade política das proposições, contrastando agendas performativas e agendas de direitos.
- Eixo 2 (5,0%): reflete um gradiente ideológico e regional, distinguindo assembleias com perfil mais progressista (CLDF, ALESP, ALMG) de casas mais conservadoras (ALBA, ALEGO, ALRO), frequentemente conectadas a temas de *Segurança Pública, Emprego e Ideologia de Gênero*.

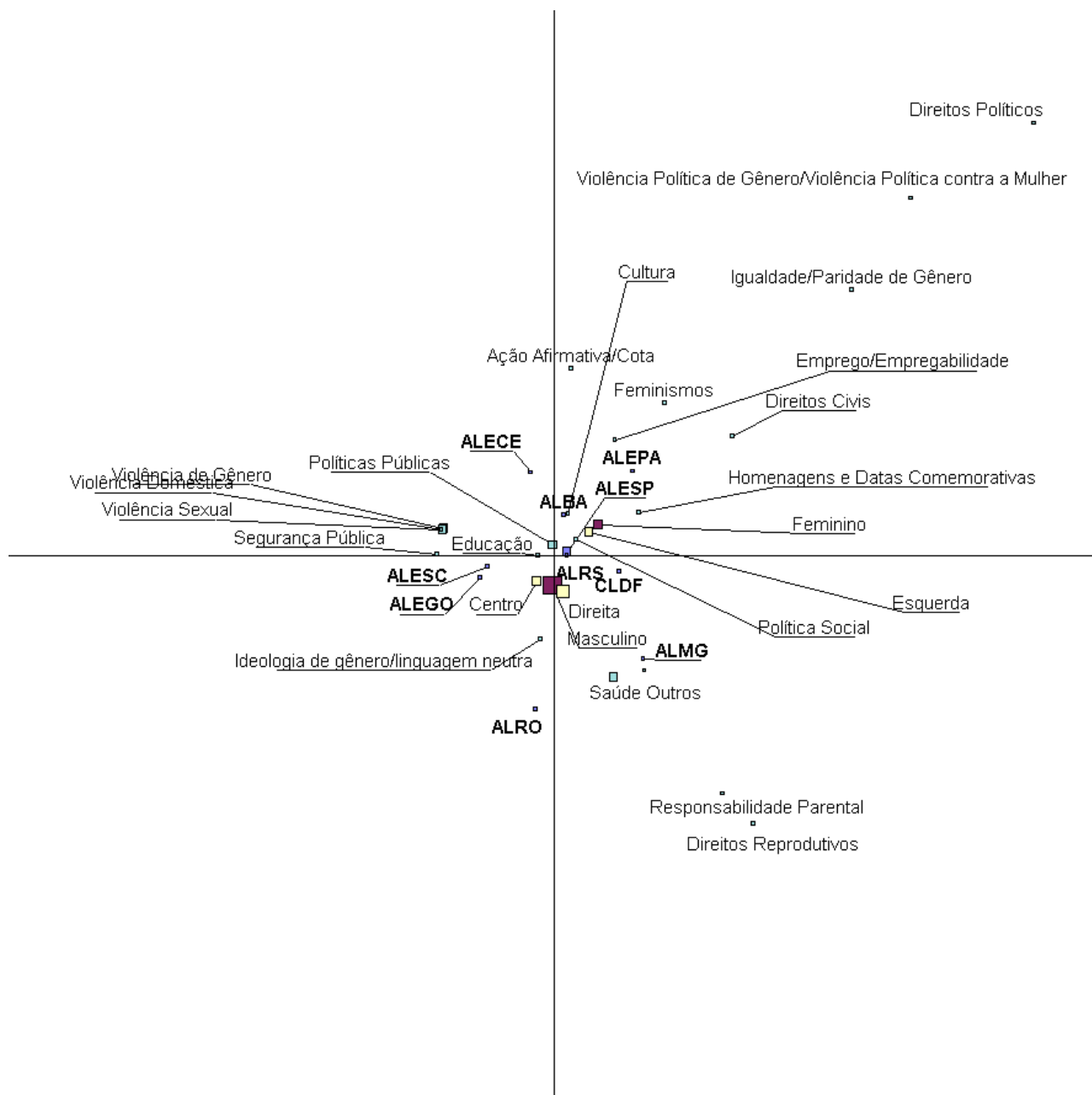
Com base nesses eixos principais, podemos enfatizar a existência de dois tipos principais de associação a partir dos dados coletados:

- Gênero do/a proponente e ideologia partidária:

- O gênero feminino aparece associado à esquerda e a temas como *Violência Doméstica, Direitos Reprodutivos e Feminismos*.
- O gênero masculino, por sua vez, associa-se à direita e a pautas de *Segurança Pública, Emprego e Datas Comemorativas*.
- Distribuição institucional:
 - Assembleias de maior densidade legislativa e atividade legislativa feminina — como ALESP, CLDF e ALMG — aparecem mais próximas das agendas de direitos e igualdade, enquanto ALEs do Norte e Nordeste (como ALBA e ALRO) se vinculam a pautas conservadoras e de moralidade pública.

A análise sobre as Assembleias revela uma heterogeneidade regional acentuada, com marcantes contrastes entre estados e uma sobreposição parcial entre clivagens ideológicas e geográficas. Apesar disso, há evidência de um perfil feminino-progressista, associado à formulação de proposições substantivas, e um perfil masculino-conservador, orientado a agendas moralizantes e simbólicas. O mapa fatorial a seguir permite observar alguns dos antagonismos decorrentes das contribuições para os eixos.

Figura 1: Mapa fatorial da ACM das ALEs, com relação a Casa Legislativa, tema da proposta, gênero e ideologia



Fonte: Elaboração própria.

Centro e direita mobilizam perfis de apresentação de proposições mais próximos, indicando certa congruência temática entre esses campos, com maior tendência a estarem nos quadrantes 3 e 4, quando comparados ao posicionamento da esquerda, concentrado no segundo quadrante. A divisão ideológica também acompanha uma linha de gênero, pois mulheres estão mais associadas ao segundo quadrante, enquanto homens ao terceiro e quarto. A

análise das coordenadas fatoriais indica uma nítida distinção temática para proposições femininas e masculinas.

No eixo 1, as ideologias de Centro (-0,35) e Direita (-0,22) estão mais próximas dos temas de Ideologia de Gênero/Linguagem Neutra, Violência Doméstica, Violência de Gênero, Segurança Pública, Violência Sexual e Cultura (variações entre -0,50 e -0,68), enquanto no polo oposto observam-se Esquerda (0,44) e temáticas de Ação Afirmativa, Igualdade/Paridade de Gênero, Direitos Políticos e Violência Política de Gênero (variações entre 1,56 e 3,41).

No eixo 2 as temáticas de Responsabilidade Parental, Ideologia de Gênero/Linguagem Neutra, Homenagens e Datas Comemorativas e Direitos Reprodutivos serão aquelas mais distantes do centro espacial (variações entre 1,04 e 1,67) em proximidade com Masculino (0,27), Centro (0,23) e Direita (0,22). No polo oposto destacam-se Direitos Políticos, Igualdade/Paridade de Gênero e Ação Afirmativa (variações entre -1,43 e -1,78) apresentam posições mais próximas às mulheres (-0,37) e à Esquerda (-0,18).

Cabe ressaltar que o tema *Homenagens e Datas Comemorativas* apresenta contribuição moderada para o eixo 1 (2,3%), o que indica participação no polo simbólico da análise. Contudo, no mapa fatorial, sua posição aparece próxima à categoria *Feminino*, sugerindo que, nas Assembleias Legislativas, as proposições dessa natureza não se restringem a pautas conservadoras, podendo expressar também reconhecimento e visibilidade de mulheres e agendas de igualdade.

3.3.2. Câmara dos Deputados

A ACM da Câmara dos Deputados apresentou uma configuração estrutural semelhante, com 34 eixos e 36 modalidades, e os dois primeiros explicam cerca de 10,2% da variância. Os eixos centrais assumem contornos mais nitidamente ideológicos:

- Eixo 1 ($\approx 5,3\%$): representa o principal eixo de polarização política, contrastando o polo feminino-progressista (*Feminismos*, *Direitos*

Reprodutivos, Violência Política de Gênero) com o polo masculino-conservador (*Segurança Pública, Ideologia de Gênero, Emprego*).

- Esse eixo pode sintetizar o conflito central entre pautas de igualdade e pautas de moralização.
- Eixo 2 ($\approx 4,9\%$): diferencia proposições simbólicas (*Homenagens, Datas Comemorativas*) de proposições estruturais (*Saúde, Educação, Política Social*), reproduzindo a clivagem substantivo vs. performativo observada nas Assembleias Legislativas Estaduais, mas com maior coesão ideológica.

Tendo em vista a identificação mais nítida sobre divisões ideológicas, não é de se estranhar que esta seja a principal referência para distinguir as associações observadas, matizada pelas variações de gênero:

- As deputadas de esquerda concentram proposições de *Feminismos, Direitos Reprodutivos e Igualdade de Gênero*.
- Os deputados de direita concentram-se em *Segurança Pública, Ideologia de Gênero/Linguagem Neutra e Homenagens*.
- O centro político ocupa posição intermediária, com maior presença em *Saúde e Educação*.

A Câmara dos Deputados evidencia uma divisão ideológica e de gênero mais marcada que nas Assembleias, com campos discursivos bem definidos e menos dispersos. O padrão indica maior coerência partidária e ideológica, refletindo a organização institucional do legislativo federal e o papel de partidos na coordenação da agenda política.

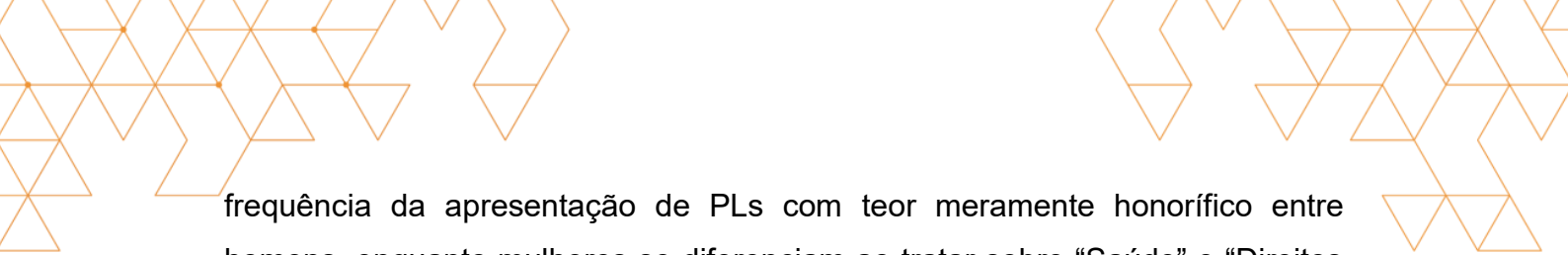
Figura 2: Mapa fatorial da ACM da CD, com relação a UF, tema da proposta, gênero e ideologia

No segundo eixo encontra-se a aproximação entre as ideologias de Centro (-0,28) e Esquerda (-0,19). Com relação às temáticas de Direitos Políticos, Violência de Gênero, Igualdade de Gênero e Ação Afirmativa, essas mantêm coordenadas altas, com variações entre -0,63 e -0,87. Contudo, neste eixo, a temática de Segurança Pública se situa próxima aos temas recém citados (-0,59), enquanto há um afastamento com relação a Homenagens (0,12). A marcação mais nítida no outro polo do eixo 2 está em temas de Responsabilidade Parental, Ideologia de Gênero/Linguagem Neutra e Direitos Reprodutivos (variações entre 1,39 e 1,84).

Deve-se notar que temas como Direito Cívico, Políticas Públicas e Educação apresentaram coordenadas próximas ao centro espacial em ambos os eixos, sugerindo um campo comum em termos de variações de gênero e ideológicas dos proponentes. O cerne da diferenciação quanto às ênfases entre os campos políticos se dá em torno de dimensões simbólicas e morais.

4. Conclusões

O que é comumente associado ao campo dos interesses das mulheres está em disputa na política, seja na representação nacional ou no âmbito estadual, pelo que observamos nos dados aqui analisados. Este levantamento sobre os Projetos de Lei Ordinária que tratavam sobre mulheres e/ou gênero apresentados entre 2019 e 2022 nas Casas legislativas selecionadas mostra que “Violência de Gênero” e “Violência Doméstica” foram os temas mais frequentes entre as proposições, seguidos por “Saúde” e “Políticas Públicas”. Considerando as aproximações entre partidos políticos e as temáticas, notam-se ênfases distintas entre os grupos de partidos. No resumo geral, em termos ideológicos, há um distanciamento do centro e uma disputa entre esquerda e direita nesta temática. Apesar de poucos casos de PLs que versassem sobre “Violência Política de Gênero/contra as Mulheres”, são estas as propostas que separam mais nitidamente as proposições de parlamentares eleitos/as por partidos de esquerda, em particular PT e PSOL, dos partidos de direita. No que tange ao gênero das/os proponentes, é interessante observar a maior



frequência da apresentação de PLs com teor meramente honorífico entre homens, enquanto mulheres se diferenciam ao tratar sobre “Saúde” e “Direitos e feminismo”.

É interessante notar que “Saúde”, por ser a temática mais frequente, ou seja, com maior volume de proposições, em um cenário no qual a maioria dos PLs foram apresentados por parlamentares homens, por seu volume poderia não se tratar de uma dimensão que diferenciaria a atuação parlamentar por gênero. Contudo, os dados mostram que talvez essa seja uma das dimensões mais substantivas do interesse das parlamentares mulheres, ainda mais considerando-se que os serviços de saúde, em especial os públicos, são predominantemente mais acessados por mulheres, em especial as mulheres negras e das classes populares.

Os resultados das duas ACMs permitem identificar dois regimes distintos de estruturação das agendas legislativas:

1. Nas Assembleias Legislativas, predominam efeitos contextuais e territoriais: as agendas de gênero e igualdade são mais localizadas, e a relação entre ideologia partidária e tema é modulada por diferenças regionais.
 - A heterogeneidade institucional e menor escrutínio das lideranças nacionais sobre a ação dos parlamentares implicam maior dispersão temática e variação no grau de densidade política das proposições.
2. Na Câmara dos Deputados, as relações entre gênero do/a parlamentar proponente, ideologia partidária e temática apresentam maior consistência estrutural e divisão ideológica.
 - As clivagens entre direita e esquerda, e entre masculino e feminino, se alinham com campos discursivos organizados, indicando a nacionalização das agendas morais e de igualdade de gênero no debate legislativo federal.

Em ambos os níveis, há evidências de uma divisão sexual sistemática do trabalho político:

- Mulheres à esquerda aparecem como protagonistas da formulação de proposições substantivas voltadas à igualdade, à proteção e aos direitos reprodutivos.
- Homens à direita concentram-se em pautas de segurança, família e moralidade, frequentemente com baixo conteúdo programático e alto apelo simbólico.

Esses resultados evidenciam que as agendas legislativas são estruturadas simultaneamente por gênero e ideologia partidária, mas com gradações distintas de institucionalização e divisão ideológica entre os níveis estadual e federal. Enquanto as Assembleias reproduzem clivagens locais e fragmentadas, a Câmara dos Deputados espelha uma divisão nacional consolidada entre campos ideológicos e de gênero.

4.1. Desafios para a agenda de pesquisa

Este levantamento é inicial e trata somente de dez Casas legislativas estaduais/distrital e a Câmara dos Deputados. Uma tarefa importante é a expansão da análise para as demais dezessete Assembleias Legislativas cujas proposições não foram coletadas. Isso implica desafios específicos, pois em alguns casos a consulta às proposições por meio do *site* das ALs têm se apresentado como um dificultador, porque sua organização é autônoma e cada uma segue padrões distintos. Um caso importante a se destacar é a ALERJ, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que durante o período de coleta não dispunha de um sistema confiável de busca de proposições em seu *site*.

Outro ponto importante que se apresenta como desafio é a importância de mobilizar uma análise interpretativa do viés das proposições. A classificação dos dados neste levantamento focou exclusivamente nos tipos de assunto indicados no registro dos Projetos de Lei. Durante a análise, percebeu-se que é fundamental que a agenda de pesquisa – para esta investigação, mas para todo o campo de pesquisas sobre gênero e atuação legislativa, caminhe na direção de considerar se a proposição apresentada tinha por interesse ampliar e assegurar direitos ou retirá-los.